



LUTA E RESISTÊNCIA: A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM E AS INTERVENÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB

Maressa Fauzia Pessoa Dantas

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – maressinhadantas@hotmail.com

Thais Gomes de Vasconcelos

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - thais.vasconcelos@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho se propõe a expor algumas considerações acerca de um intenso processo que, resguardada as devidas proporções de suas particularidades, tem se configurado com traços comuns nos diversos centros urbanos. Trata-se da ameaça iminente sobre o espectro da remoção. A retirada de amplo contingente de moradores, populações tradicionais, se dá em função dos mais variados projetos destinados para o espaço urbano. O processo de planejamento, elaboração e, conseqüentemente, de execução dos projetos de intervenções que operam transformações nas cidades evidenciam problemáticas alarmantes que põe em cheque, sobretudo, os princípios democráticos de participação popular. Tais procedimentos são conduzidos de modo que a população, residente nas áreas cujos projetos são destinados, permanece à margem da esfera das decisões políticas. Em face dessas tendências, nos propomos a refletir sobre a realidade da comunidade do Porto do Capim, na cidade de João Pessoa, situada no estado da Paraíba. Para tanto, nos fundamentamos nos resultados do levantamento bibliográfico e documental que está sendo realizado pelo grupo de Memória e Documentação do projeto de extensão intitulado “Requalificação Urbana, Patrimonial e Ambiental do Porto do Capim.”. Munidas desse vasto acervo, soma-se isso a consolidada relação junto à comunidade, proporcionada pela experiência de extensão universitária, na qual desenvolve suas atividades em torno dos projetos de Assistência Técnica para Melhoria da Habitação, Assistência Jurídica, Educação Patrimonial e Ensino de História, Memória e Documentação e Requalificação Ambiental.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Comunidade tradicional, Revitalização.

1.0 Introdução

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em sua reedição que configura a segunda fase de implantação, inaugura o PAC Cidades Históricas, sinalizando um intenso processo de intervenção em 44 cidades históricas de 20 estados do Brasil, cujo financiamento

compreende a quantia de 1,9 bilhões de reais.

O referido programa se fundamenta no discurso de preservação do patrimônio histórico, visando desenvolver uma ação que se propõe a atingir “[...] uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o



sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura.” (IPHAN, s/a.).

No entanto, a realidade em curso nos revela um movimento contraditório. O processo de planejamento, elaboração e, conseqüentemente, de implantação dos projetos de intervenção e transformações nas cidades evidenciam problemáticas que põe em cheque, sobretudo, os princípios democráticos de participação popular das comunidades que vivem nas áreas cujos projetos são destinados.

João Pessoa, capital do Estado da Paraíba é uma das cidades na qual está previsto a implantação do PAC Cidades Históricas. Trata-se da terceira cidade mais antiga do Brasil, fundada em 1585, correspondendo, portanto, a 430 anos de existência. A execução do programa supracitado se dá mediante o desenvolvimento do projeto do PAC – Sanhauá, cujo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa implica em transformações na região do Varadouro e no Porto do Capim, como etapas fundamentais para sua materialização.

A área, que se tornou conhecida e denominada genericamente de Porto do Capim, compreende o conjunto dos bairros Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro. É importante destacar que essa população permaneceu relegada ao

esquecimento, expressando profundo descaso do poder público para com as necessidades desta comunidade.

Paradoxalmente, é curioso perceber como os processos de revitalização em curso nas cidades históricas suscita uma instantânea visibilidade sobre os moradores. No entanto, essa súbita atenção, longe de lançar esforços em compreender e ouvir as demandas que emanam da população, concebe a comunidade como um obstáculo.

O Projeto destinado à região do Porto do Capim prevê a remoção compulsória de, no mínimo, 500 famílias, com vistas em erguer um equipamento turístico de massa. A concretização de tal proposta anuncia, dentre as negações dos direitos humanos, o sepultamento da tradição ribeirinha na qual se gestou e se consolidou toda uma dinâmica de relações entre o mangue o rio e os moradores. Em face do espectro da remoção, uma ameaça iminente, a comunidade se mobiliza e passa a desenvolver estratégias e ações que visam sensibilizar a população e os representantes do poder público.

É dentro desse complexo contexto, marcado por uma clara disputa de interesses radicalmente distintos, que nos propomos a expor algumas problemáticas próprias do modelo de planejamento que vem sendo adotado. No curso de tal processo, destacamos o intercâmbio entre a extensão



universitária e os conflitos sociais protagonismo da população, mediado pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, e as possibilidades de construção, junto à comunidade, de um projeto alternativo e democrático.

Nesse sentido, o presente trabalho se insere na discussão acerca das transformações nos espaços da cidade, dada a perspectiva de revitalização dos sítios históricos degradados, e suas implicações para a população que se mantém na área que historicamente ocupa. Perpassa o espinhoso campo da democracia, do exercício da cidadania e da efetivação dos Direitos Humanos, ao passo que a materialização desses direitos representa uma das finalidades dos movimentos sociais.

Para tanto, lançamos luz às estratégias e ações comunitárias de resistência e fortalecimento da identidade tradicional e ribeirinha, no qual o mangue e o rio fazem parte do cotidiano, da memória, do imaginário, da comunidade do Porto do Capim.

2.0 Metodologia

O presente trabalho consubstancia-se, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, mediante análise bibliográfica, de literatura e documentação, acerca da história da comunidade do Porto do Capim. Resulta,

portanto, das reflexões suscitadas pela pesquisa, de caráter contínuo, que vem sendo desenvolvida no projeto “Documentação e Memória”. Assim como da observação sistemática, mediante a participação em reuniões e atividades desenvolvidas no projeto de Extensão “Requalificação Urbana, Patrimonial e Ambiental do Porto do Capim”, junto à comunidade.

3.0 Resultados e discursões:

A cidade de João Pessoa tem seu crescimento urbano inicialmente marcado pelo percurso histórico traçado geograficamente do rio rumo ao mar. Dividia-se basicamente entre a Cidade Baixa (Varadouro), caracterizada fundamentalmente pelas atividades comerciais exercidas em suas delimitações, e a Cidade Alta, área residencial, que mediante os incentivos de modernização da cidade, abre os caminhos que desaguam curso do desenvolvimento urbano nas margens do Oceano Atlântico.

Em 1920 o presidente Epitácio Pessoa aprova a construção do Porto Internacional do Varadouro, que posteriormente tornou-se conhecido como Porto do Capim em razão da atividade de recebimento de cargas de capim para a alimentação de animais.

Nesse contexto de formação, a então chamada cidade de Nossa Senhora das Neves,



surge banhada pelas águas da margem do Rio Sanhauá. O Porto do Capim, ou também conhecido como o Porto do Varadouro, se consolidou como um importante polo comercial cujas atividades se desenvolviam em função da movimentação de recebimento e escoamento de mercadorias.

Contudo, os anos áureos duraram apenas até meados da segunda metade do século XIX. O declínio do Porto do Capim se deu em razão da sua limitada capacidade para receber grandes embarcações. “Apesar das favoráveis condições naturais do porto do Varadouro, a falta de manutenção desse espaço vai extinguindo tais vantagens, diminuindo gradativamente a profundidade do seu ancoradouro e do seu canal.” (ALMEIDA, 2006, p. 127)

Logo, ocorre sua desativação, e, por conseguinte, a função portuária é direcionada para o município de Cabedelo. Dentre os fatores determinantes para a decadência da Cidade Baixa destaca-se não apenas a transferência da atividade do Porto, mas, paralelamente a este processo, decorre a saída da classe média e a ocupação das camadas populares. Resulta, portanto, da inflexão no movimento de desenvolvimento e crescimento da cidade, que tem seu curso dado pela perspectiva da modernização.

A consolidação da ocupação do Porto do Capim se deu no período que compreende

o período entre as décadas de 1940 e 1970. (SCOCUGLIA, 2007, p.8). A região foi ocupada por uma população de baixa renda que se caracterizou historicamente como uma comunidade tradicional ribeirinha.

Segundo Silva,

No momento em que o poder econômico abandona a cidade baixa, por volta das décadas de 1940 a 1960, que as lojas mudaram de endereço e se instalaram em novas áreas da cidade, que o porto foi levado para a cidade de Cabedelo (Foz do Rio Paraíba), novas estradas foram abertas dando visibilidade a novas centralidades, o centro começa a configurar o atraso refletido pelo abandono. Os trabalhadores do porto, os trabalhadores livres, pescadores e alguns agricultores, continuaram a morar no centro a desfrutar tanto do rio, como provedor de alimento e do comércio como fonte de trabalho, mesmo que de forma temporária. (SILVA, 2014, p. 26)

A comunidade do Porto do Capim se torna pauta na agenda política do poder público como um obstáculo para a realização de uma intervenção que prevê a retirada massiva dos moradores desta região em função da construção de uma arena de eventos, segundo o Relatório de Violação dos Direitos Humanos (2014). O projeto de revitalização visa a promoção de um espaço de lazer e turismo que se opera fundamentado numa nítida lógica de higienização social.

A comunidade sofre o risco eminente de remoção desde meados do final da década de 1980 e início dos anos de 1990, mediante o Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha¹. “A partir do convênio



firmado com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) no ano de 1987 buscou-se mudar a situação de degradação, abandono e decadência no qual o Centro Histórico de João Pessoa² se encontrava, através de um Plano de Revitalização” (CAVALCANTE, 2009, p. 80)

A proposta de revitalização é retomada com o advento do PAC Cidades Históricas, que prevê a materialização do PAC-Sanhauá. O processo de planejamento e implementação de tal proposta nos releva um forte caráter antidemocrático, na perspectiva da participação social, e de higienização social, que se expressa na tentativa de materialização

¹ O referido acordo resulta no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Ibero-americano, uma proposta da Espanha em razão da comemoração dos 500 anos do Descobrimento das Américas. “O Plano de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa é realizado no âmbito do Convênio Brasil-Espanha, através do Ministério de Assuntos Exteriores do Brasil e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). O Convênio ainda conta para a realização de suas atividades com a participação do Ministério da Cultura do Brasil (MinC) através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o Governo do Estado da Paraíba, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.” (CAVALCANTE, 2009, p. 86)

² “No ano de 1982, por ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), ocorreu a primeira delimitação do Centro Histórico de João Pessoa, através do Decreto Estadual nº 9484/1982, compreendendo uma área total de 305,40 hectares e tendo como limite inicial a margem esquerda do Rio Sanhauá.” (CAVALCANTE, 2009, p. 81)

da segregação de uma população considerada como perigosa, marginal.

Desconsidera, por sua vez, as implicações legais que são dispostas em razão das práticas culturais e sociais dessa população. Vale ressaltar que,

Enquanto comunidade ocupante da margem do rio Sanhauá, o Porto do Capim enquadra-se no conceito insculpido no artigo 3º do Decreto 6.040/70, tratando-se de *"grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição par sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.* (CRDH, 2015, p. 12 grifos do nosso)

Em razão das denúncias encaminhadas ao Centro de Referência de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, consolidou-se um importante documento que elenca onze importantes pontos cujo conteúdo expressa as irregularidades constatadas *in loco*. O Relatório de Violações aos Direitos Humanos foi encaminhado ao Ministério Público e socializado tanto no âmbito acadêmico quanto com a sociedade civil e os movimentos organizados.

O que se constatou nas visitas técnicas do Centro de Referência de Direitos Humanos é que “a intervenção no território ribeirinho está sendo pensada separando-se “quem nós queremos” e “quem nós não queremos” no espaço e é levada a efeito ainda no estágio do



pensar o projeto.” (Relatório CRDH, 2015, p.9)

Trata-se de um complexo jogo de forças políticas cuja orquestração de interesses privados se sobrepõe ao interesse coletivo. Vale destacar uma das violações, que aponta para a "Ausência de debate político amplo a respeito do projeto, em ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e à participação” (2015, p. 12). Além disso, aponta que

(...) a caracterização pela prefeitura dos usos atuais do espaço por parte dos moradores do Porto do Capim, tanto em palestras para propagandear o projeto, como também em documentos públicos, demonstra o preconceito de classe subjacente à ideia de substituição das moradias pela implantação de uma arena de eventos e usos privados do espaço, focados no turismo negocial. O uso de termos ofensivos e expressões com o propósito de desvalorização dos ribeirinhos, designados de "favela", "comunidade descaracterizada", "inquilinos sem raiz no local", é feito por parte da prefeitura municipal e só pode ser compreendido à luz da leitura do interesse econômico implícito à ação dos agentes de governo. (Idibem, 2015, p. 10)

Frente a essa realidade, um importante passo dado pela comunidade tem como marco a institucionalização da Associação de Mulheres do Porto do Capim, fundada no final do ano de 2013. A Associação tem desenvolvido uma série de ações que visam promover o fortalecimento da identidade ribeirinha e a participação efetiva da população, nas incontáveis tentativas de

abertura do diálogo com a PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). A participação ativa das mulheres da comunidade, como protagonistas na luta por direitos, tem embargado a execução do projeto de revitalização.

A Associação resulta da mobilização dos moradores, que toma corpo e força, a partir da comissão do “Porto do Capim em Ação”, um dos primeiros canais de tentativa de diálogo com o poder público e com a população. Na trajetória de existência da referida comissão, foi articulado uma ampla e consolidada relação com demais instituições, com grupos e coletivos culturais, que atuam no Bairro do Varadouro e constroem o Movimento Varadouro Cultural, bem como demais agentes e cidadãos da cidade de João Pessoa, em especial docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba.

Nesse passo, a organização política da comunidade toma novas proporções e se consolida com a Associação de Mulheres do Porto do Capim, cuja demanda da necessidade de participação popular e defesa dos direitos dos moradores tem posto grandes desafios. Em razão da pressão exercida sobre os poderes públicos, alguns canais de participação efetiva no processo de planejamento do projeto de revitalização da área foram desobstruídos.



Nesse processo destaca-se a atividade da extensão universitária desenvolvida desde 2007 junto à comunidade, uma relação amplamente consolidada, cujo acúmulo resultou no Projeto de “Requalificação Urbana, Patrimonial e Ambiental do Porto do Capim” vigente no período 2015/2016. Dentre as atividades, destaca-se no período entre 2011 e 2013 o projeto “Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História no Porto do Capim (João Pessoa-PB)”, coordenado pela Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves, cujo projeto se debruçou sobre a história da comunidade desenvolvendo ações direcionadas ao ensino de história local.

Em 2013, o Porto do Capim foi palco do IV Seminário Internacional URBICENTROS – Invisibilidades e Contradições no Urbano, no qual foi aprovado uma moção de apoio à luta dos moradores. A partir do mesmo ano, o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB, passou a prestar assessoria jurídica à comunidade, mais precisamente à Associação de Mulheres do Porto do Capim.

Mais recentemente, dando continuidade às atividades desenvolvidas junto à comunidade através da extensão universitária, está sendo realizado o levantamento histórico e cultural com vistas em promover atividades de formação com a comunidade.

Diante do exposto, destaca-se que a extensão universitária representa um dos canais no qual a universidade cumpre seu papel e compromisso social.

Diante do contexto paraibano com situações de exclusão e extrema miséria de certas camadas da população, é histórica a atuação da extensão na UFPB tanto com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos vulneráveis, como também em comunidades de baixa renda, procurando contribuir para mudar esse quadro, com a produção de conhecimento e ações significativas, por meio do diálogo entre saberes, interagindo com o outro de forma participativa, conhecendo a realidade e contribuindo para uma transformação social e cidadã. (UFPB, S/A)

Portanto, se configura enquanto uma importante ferramenta no sentido de estabelecer e firmar um canal de diálogo entre a academia e a sociedade no sentido de provocar transformações no meio social.

Considerações Finais:

Os processos de revitalização em curso nas cidades históricas suscita uma visibilidade para os poderes públicos sobre os moradores das regiões que se tornam alvos das transformações nas cidades. Diante do esquecimento e abandono das comunidades, consideradas marginais e perigosas, essa súbita e momentânea visibilidade não decorre do ponto de vista que é necessário sanar, ou no mínimo amenizar, os problemas sociais que inviabilizam a satisfação das necessidades



básicas da população. Muito pelo contrário, coloca a discussão em pauta, na agenda política do Estado, enquanto um obstáculo que deve ser transposto mediante a remoção.

O projeto de revitalização proposto apresenta-se como um modelo engessado que destoa profundamente das necessidades da população. Nesse cenário de difícil correlação de forças - de um lado os interesses dos representantes das instâncias do poder público contraditoriamente vinculado aos interesses privados, de outro os interesses da comunidade em permanecer no local - o resgate da história de resistência, valorizando o patrimônio histórico-cultural, que está presente na memória e no cotidiano da população que vive no Porto do Capim, apresenta-se como umas das estratégias para o fortalecimento da comunidade na luta por direitos.

Por fim, nosso desfecho se dá com as significativas palavras de uma das moradoras que expressam o sentimento de uma coletividade:

Um Lugarzinho Bem Ali

Quando ouvem o seu nome
Nem se dá tanta importância assim.
Mas se forem mais além
Saberás, que tudo começou aqui.

Quem lá habita, É suspeito a falar, Pois tem tantas riquezas, Que nos dedos não se pode contar.

Esse acaso duvidas
Vem conhecer esse cantinho.
Se vier com bondade.
Em troca receberás muito amor e carinho.

De todas ela é única
Banhada pelo Rio Sanhauá.
E os moradores La afirmam “Que é nela que querem ficar”.

Ao aproximar o fim do dia
O pôr do sol tem o papel de seduzir, Nossa gente, nosso bairro.
Comunidade Porto do Capim.

(Rossana Marlene de Holanda, 22 anos, moradora do Porto do Capim. Apud GONÇALVES, 2014, p. 1)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, de Maria Cecília Fernandes de. **Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes.** 2006, Dissertação de mestrado, UFPB.

CAVALCANTE, Roberta Paiva. **Intervenções de Recuperação no Centro Histórico de João Pessoa: Bairro do Varadouro.** 2009. Dissertação de mestrado, UFPB.

Centro e Referência em Direitos Humanos da UFPB. (org.). **Relatório de violação aos direitos humanos. Porto Capim.** 2015. Disponível em: http://issuu.com/crdhufpb/docs/relat_rio_por_to_do_capim/1?e=16512531/12071048. Acesso 10.08.2015.

Entendo a extensão. IN: **Universidade Federal da Paraíba Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários**, 2011.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O PORTO E A CASA: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços do centro histórico de João**



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Pessoa (PB). Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

IPHAN. **Cidades Históricas.** s/a. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/245>.
Acesso 02.10.2015.

SILVA, Akene Shionara Cardoso da.
Análise visual das transformações na paisagem do Porto de Capim ao longo do século XX e início do século XXI: uma

proposta metodológica para o uso de imagens. João Pessoa, 2014. (Monografia)

SCOCUGLIA. Jovanka Baracuhy Cavalcanti.
Habitação popular e requalificação de centros urbanos: a problemática de João Pessoa – paraíba. IN: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007. Disponível em:
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=141&Itemid=170. Acessado 12.03.2016.